



Narrar para narrar-se: entre o livro e a sabedoria, a autoria

To narrate while narrating oneself: between book and wisdom, authorship

Leda Verdiani Tfouni
Universidade de São Paulo

Diana Junkes Bueno Martha
Universidade Estadual Paulista

Dionéia Motta Monte-Serrat
Universidade Estadual de Campinas
Brasil

Resumo

O objetivo deste artigo é refletir sobre o letramento a partir das contribuições da Análise do Discurso de tradição francesa e da Psicanálise lacaniana. Procuramos mostrar como, ao resistir ao discurso da ciência, adultos analfabetos afirmam seu letramento pela capacidade de elaborar narrativas que lhes asseguram autoria dos seus próprios dizeres; narrativas em que o narrar é equivalente ao narrar-se, ou seja, à construção da subjetividade. De nosso ponto de vista, ao tornar possível ao sujeito que faça “um”, estabelecendo uma unidade transitória e ilusória entre a linguagem e o mundo, a narrativa permite a emergência da autoria e da singularidade do sujeito. Opõe-se ao discurso científico que tem como materialização máxima o discurso da lógica.

Palavras-chave: letramento; discurso científico; narrativa; autoria

Abstract

The aim of this paper is to pinpoint some aspects on literacy, departing from the contributions of French Discourse Analysis and Lacanian psychoanalysis. We intend to highlight how illiterate adults can assume their literacy as they construct narratives and, extensively, affirm the authorship of their own speaking by resisting to the scientific discourse. It is pointed out that, in these narratives, stating is equivalent to self-narrating; in other words, it is equivalent to bring about subjective characteristics. From our point of view, by making it possible for the subject to become “one”, in Lacanian terms, the narrative allows the emergence of the authorship and of one’s singularity, and it is the opposite of the scientific discourse which, founded in the logical discourse, constructs the idea of a universal subject.

Keywords: literacy; scientific discourse; narrative; authorship

1. Linguagem e sujeito

Apagaram tudo
pintaram tudo de cinza
a palavra no muro
ficou coberta de tinta
(...)
Por isso eu pergunto



a você no mundo
se é mais inteligente
o livro ou a sabedoria
(Gentileza – Marisa Monte)

A linguagem fere ou seduz (Barthes, 2002)¹. Esse poder da linguagem relaciona-se ao fato de que são sujeitos que dão corpo ao exercício discursivo da linguagem; são eles que motivam a criação da linguagem: como autores é que engendram a inquietação, o mistério por trás da leitura.

Escreve-se ou narra-se o que poderia ter acontecido, o possível, de acordo com a verossimilhança (Aristóteles, 2007), criando-se uma realidade imaginada. O ato de ficcionalização pressupõe que autor/texto/leitor estejam conectados de modo a produzir algo que não existia e que passará a existir a partir da narrativa. Desse ponto de vista, a atividade narrativa vem complementar lugares de deriva, estofando pontos que o discurso lógico não consegue atingir. Esse percurso não se reduz a uma mera imitação (Iser, 2002), e conflita com a noção tradicional de representação de uma realidade já dada para completar algo que estava incompleto, processo que decorre do discurso lógico.

2. Sujeito e discurso

Numa tentativa de estabelecer diferenças entre os dois processos de criação - o de produzir algo que não existia e o que se reduz a uma imitação -, lembramos a lição de Pêcheux (1988), em que o processo de interpelação vincula o sujeito ao que “deve ser feito” e ao que “deve ser falado” antes que o sujeito possa dizer “eu falo” (p. 154). O autor se refere a essa condição do sujeito como a “forma plena da autonomia”, em que o indivíduo é constituído em sujeito sob a ilusão de que é único (identifica-se com uma formação discursiva e constitui-se sob dois esquecimentos: pensa ser a origem do dizer e pensa que só pode falar daquela maneira e não de outra). Nesse processo de identificação, a interpelação do indivíduo

“encrava-o” na condição de sujeito, colocando-o em uma “*identificação imaginária* que diz respeito à ‘gênese do ego’, ao ajustamento sempre inacabado do sujeito consigo mesmo (...) à sua identificação com os traços do objeto na representação que o sujeito ‘possui’ desse objeto” (Pêcheux, 1988, p. 265, grifos do autor).

Sob a perspectiva de que o sujeito se constitui na enunciação (Elia, 2004), há uma realidade que se presta à representação narrativa, e a narratividade, por sua vez (White, 1991, p. 18), pressupõe um sistema de representação da realidade concebido sob a legalidade e a legitimidade. Nesse caso, os processos de identificação se encontrariam na base da adesão

¹ Agradecemos o apoio de FAPESP, CAPES e CNPq.



do sujeito a variados discursos que dessa forma o capturam ou, em outros termos, o persuadem.

Ocorre que há algo que escapa à representação (Quinet, 2002, p. 37), ligado a um modo diferente de operar (Gaufey, 1998), e que leva o inconsciente a atravessar uma formação discursiva (Pêcheux, 1988, p. 176), constituindo um espaço de dissonância. Esse fato se dá porque há uma “disparidade profunda entre tudo o que pode ser objeto do olhar” e o que “não pode ser transformado em objeto do olhar” (Gaufey, 1998, p. 82). É nesse espaço de dissonância que Tfouni (2008) identifica as formações do inconsciente, tais como os lapsos, jogos de palavras, trocadilhos, chistes, que funcionariam como uma “quebra” na “mensagem supostamente organizada”, por trazerem “uma verdade que não é de modo algum intrínseca ao valor verdade do enunciado, nem ao seu caráter linear de comunicação de um pensamento organizado nos moldes cartesianos” (p. 4). Segundo a autora, trata-se, neste caso, “da verdade do sujeito”.

Do ponto de vista psicanalítico, pode-se vislumbrar aí o reconhecimento da castração por parte do sujeito, o que implica ao mesmo tempo a assunção do desejo e a revelação da sua verdade. E a verdade emerge junto com o significante tomado como “palavra plena” (Lacan, 2003). Este mesmo autor afirma que “(...) *c’est avec l’apparition du langage qu’émerge la dimension de la vérité*”² (Lacan, 1957, p. 524) (Tfouni, 2008, p. 75).

3. O discurso da lógica

Antes de nos aprofundarmos um pouco mais sobre as narrativas e a verdade do sujeito, nos deteremos sobre aspectos do funcionamento do discurso da lógica (sob a perspectiva discursiva) (Pêcheux, 1988), a qual tem como escopo produzir discursos monologizantes, descentrados, com sentido único e transparente. Seu funcionamento se resume no seguinte: práticas discursivas determinam um sentido já dado e posições-sujeito no discurso que não estão disponíveis para todos, marginalizando aqueles que não dominam essas práticas (Tfouni, 1992). O critério de autoria, na perspectiva do discurso lógico-científico tem como base o “poder-dizer”.

O discurso lógico traduz-se numa prática regular de produção de texto oral ou escrito em que a relação entre sujeito e linguagem não é detectável mecânica e empiricamente, por ter (essa relação) um funcionamento segundo a ideologia, que tenta eliminar ambiguidades e instalar a transparência de sentidos.

A significação, no discurso lógico, traduz-se em um processo linguístico pelo qual fica estabelecida uma relação entre os sentidos e as condições em que eles são produzidos (essas condições abrangem o contexto sócio-histórico). Embora haja sentidos múltiplos, as situações de linguagem são reguladas: “não se diz o que se quer, em qualquer situação, de qualquer

² “É com o aparecimento da linguagem que emerge a dimensão da verdade” (tradução da autora).



maneira. Também não se pode entender o que se quer, de qualquer maneira, em qualquer situação” (Orlandi, 2008, p. 86).

A relação autor-leitor e a produção de sentido são permeados por “modelos ideais de escrita e leitura” (Orlandi, 2008, p. 89), em que deve haver autor competente (que escreva textos com coerência, clareza, correção tanto gramatical quanto contextual, não contradição, correção) e leitor competente (com domínio das regras de linguagem).

4. O narrador e a verdade do sujeito

Talvez valha a pena retomar aqui um episódio daquela que é uma das narrativas fundadoras do imaginário Ocidental, a *Odisseia*, para sublinhar a riqueza e a diversidade do discurso narrativo em relação ao discurso lógico, ou seja, para marcar que é justamente o caráter *não-linear* do discurso narrativo que lhe garante o “poder” de constituir um lugar singular para o sujeito na linguagem, porque viabiliza a emergência da autoria, pelos espaços abertos à interpretação que ele apresenta, pelos modos através dos quais é possível, a partir dele, que o sujeito tente reconstituir uma unidade miticamente (ou psicanaliticamente) perdida.

Quando chega à corte do Rei Alcínoo, enquanto participa de uma festa, Odisseu comove-se e, aos prantos, *questionado pelo rei acerca de sua origem*, coloca-se no lugar do *aedo* para contar a história do guerreiro que, ao regressar de Tróia para Ítaca, perdeu-se por dez anos no mar e em ilhas diversas. Vejamos o que pergunta o rei a Odisseu:

Sê minucioso e franco em teu relato: como
perdeste a rota em quais paragens habitadas de homens chegaste? Fala das
cidades cheias,
dos hostis, dos selváticos, dos injustos,
dos filo-hospitaleiros, pios com os eternos
(Homero, 2012, canto VIII, versos 572-576, p. 240).

Aos poucos, os presentes percebem que o *aedo*-Odisseu não apenas narra, mas, ao fazê-lo, narra-se. Tomado por sua própria história, Odisseu organiza os fatos, atribui-lhes sentido e encontra forças para suportar mais um trecho da jornada, é preciso dizer (ou rememorar) quem é, de onde vem e como se perdeu:

O herói plurissolerte disse-lhe em resposta:
Alcinoo insigne, magno soberano, é belo
ouvir cantor da magnitude do aqui
presente, ícone de um deus no tom de voz.
(...)
Teu coração, voltado para mim, demanda-me
a agrura que sofri para agravar-me o pranto?
Começo pelo início ou pelo fim? Os numes
urânios deram-me viver reverses múltiplos.



Direi como me chamo, a fim de que também
o conheçais e que eu, fugindo ao dia tétrico,
me hospede aqui, um habitante dos confins.
Sou Odisseu Laércio. As muitas artimanhas
de que sou mestre fomentaram meu renome
aqui e no céu. Meu lar é Ítaca e o Nérito,
monte longivisível folhefarfahante
(Homero, 2012, canto IX, versos 1-21, p. 251).

Na *Odisseia*, o herói seguiu o destino e seu fluxo, seguiu o desígnio dos deuses e não pode interferir em nada, pois, na lógica do mito, as escolhas não cabem aos homens, mas aos deuses. Apenas quando passa a narrar sua própria história, ou seja, apenas quando passa a narrar-se, Odisseu consegue assumir a autoria de sua própria trajetória, e percebe que entre suas escolhas e os desígnios dos deuses há uma tensão. É porque não recusa a experiência que lhe pode trazer o vivido que ele, ao ser levado de uma a outra paragem, por força de Poseidon, intensamente entrega-se ao que o destino que apresenta, seja Calisto, seja Circe, seja para enfrentar Polifemo e proclamar a sua astúcia ao furar o olho do titã. De modo que Odisseu se foi “agido” pelos deuses em algum sentido, seguiu também o seu caminho como escolheu e como pôde, movido por seu desejo de aventura (Toneto, 2010), desejo de ultrapassar o signo, por sua argúcia e inteligência.

É o desejo de abismar-se, de entregar-se à paradoxa (Toneto, 2010, p. 153) que acaba por levar Odisseu a estabelecer-se em diferentes lugares, ou seja, há uma tensão entre o que o destino lhe apresenta e o que ele faz com essa apresentação. Em termos psicanalíticos, diríamos que há uma escolha do sujeito relativa ao que ele é, ou seja, ao reconhecer-se cindido, faltante, desejante, o sujeito escolhe caminhos, escolhe onde depositar o seu desejo - somos o que somos, mas o que fazemos é o que realmente importa.

Um dos exemplos em que a escolha de Odisseu de viver o desejo é marcada fortemente é o episódio do canto das sereias (Homero, 2012, Canto XII). Nessa passagem, para desfrutar do prazer do canto, sem sucumbir a ele, para tornar o canto algo diferente do gozo mortífero, Odisseu pede a seus marinheiros que o amarrem ao mastro e orienta-os para que tenham os ouvidos tampados. Contidos, ele pela corda que o amarra ao mastro, e os seus homens porque não lhes é dado escutar o canto de ouvidos tampados, poderão atravessar a região das sereias incólumes, sem que o barco fique à deriva, sem que se entreguem ao puro e tanático prazer do canto. Como afirma Jean-Michel Vivés (2010):

O que realmente importa no texto é que as sereias são apenas vozes que exprimem em suas vocalizações vociferantes um desejo absoluto no que diz respeito ao sujeito. O que essas vozes transmitem é uma promessa de gozo e de saber absoluto. Elas remetem o sujeito a um tempo anterior à lei, sem portanto o anunciar. (...). *Se a voz da sereia é mortífera, é porque a relação com a lei é salutar ao desejo humano na medida em que permite a corrida desejante de prosseguir, sem perder as ilusões reunidas. Mas como o homem não pode se acomodar totalmente a essa lógica da renúncia, ele é sempre tentado por*



essa voz de gozo que o convida a reviver o arcaico, esse tempo mítico em que o desejo ainda não tinha sido atualizado. Neste momento, se identifica a força das sereias que encontram uma cumplicidade no coração do homem. A voz da sereia é o desejo do Outro que vem em busca do sujeito e o perde ao utilizar seu próprio “tropismo” de gozo: “desejo de não desejar” como afirma Piera Aulagnier. (...). Próximo ao grito, ela berra para quem quiser ouvir: “Goza, nós te ordenamos! Que nada a detenha! O saber absoluto!” (Vivés, 2010, p. 4, grifos nossos).

Essa breve incursão pela *Odisseia* interessa-nos porque ela nos ensina algumas coisas: para não sucumbir ao gozo, Odisseu precisa amarrar-se ao mastro, ou seja, para além da força divina que institui nos homens seus próprios desígnios, Odisseu escolhe amarrar-se ao mastro, escolhe a lei que lhe permitirá prosseguir como sujeito desejante, e isso lhe permite a travessia pela vida; travessia que será elaborada, como vimos acima, pela narrativa. De fato, mais tarde, quando conta a sua história, Odisseu novamente amarra-se ao mastro, mas, desta vez, a corda é a narrativa que permite conter derivas, fugir do gozo mortífero, sem privar-se do canto. Ou seja, a “amarração” da narrativa impede que o sujeito se perca, a amarração livra o sujeito da forclusão e, como neurótico, ele poderá, por meio do ato de narrar, dar conta dos seus sintomas. É porque narra que Odisseu encontra a sua verdade, e, porque narra, dela se liberta para voltar à tão sonhada Ítaca.

Fica patente aqui que o ato de simbolizar, narrativamente, o vivido está intimamente relacionado à experiência: é porque experimenta que Odisseu, ainda que triste porque distante de casa, consegue contar ao rei Alcinoos quem ele é, de onde ele vem e o que lhe sucedeu. Ao contar, o herói, como se sabe, reelabora os fatos passados e consegue meios para seguir a viagem. O que são esses meios? Uma leitura primeira poderia fixar-se no apoio dado pelos Feácios, por intermédio de seu rei, Alcinoos, com embarcação, víveres, entre outros aspectos, que permitiram a Odisseu, como sabemos, alcançar a sua Ítaca. Mas há os recursos que o seu discurso narrativo lhe deu, o de rever o passado, o de recordar para elaborar o que lhe aconteceu. Essa rememoração mostrou-lhe que era necessário aceitar um caminho e não mais desafiar Poseidon, se quisesse chegar em seu reino, para encontrar sua amada Penélope.

Do exposto até aqui podemos concluir que é, portanto, a capacidade de narrar que movimenta a subjetividade, que a coloca adiante. Em outras palavras, é a possibilidade de nos tornarmos narradores que enriquece e torna suportável a nossa existência. Como assevera Walter Benjamin (1936/1986b), narrar asseguraria a sobrevivência. Naturalmente, seu texto é historicamente marcado pelo contexto que antecede a Segunda Guerra Mundial, e é por isso que ele diz que a experiência está em baixa; está em baixa no sentido de que diante dos acontecimentos traumáticos trazidos pela guerra, a experiência que é transmitida pela narrativa fica interdita e, em amplo sentido, a vida fica interdita. Daí a importância de cada sujeito ser o narrador de sua história. Diz o filósofo:



O narrador assimila à sua substância mais íntima aquilo que sabe por ouvir dizer. Seu dom é contar sua vida, sua dignidade é contá-la inteira. O narrador é o homem que poderia deixar a luz tênue de sua narração consumir a mecha de sua vida. (...) O narrador é a figura na qual o justo se encontra consigo mesmo (Benjamin, 1936/1986b, p. 221).

É também o mesmo Benjamin que, no célebre “Experiência e Pobreza” (1933/1986a), afirma que nos tornamos pobres porque perdemos, a cada dia, nossa capacidade de narrar, em troca da velocidade, do atual, da transitoriedade, e, acrescentamos, do discurso da ciência, que no lugar de assumir a transitoriedade de suas próprias verdades tende a afirmar a univocidade lógica. Ou seja, não é que não haja experiências, é que elas se tornam inenarráveis porque sucumbem a outros discursos – é nesse sentido que Benjamin emprega a palavra pobreza.

Como resistir a isso? Como resistem a tal fato aqueles dos quais é furtado partilhar do discurso científico, mas que têm, como qualquer ser humano, sua vida enriquecida pelas mais singulares experiências? É este o mote para falarmos aqui dos adultos analfabetos, que, ao narrarem, contornam a ‘pobreza’ da experiência e afirmam-se como autores de seu discurso. Aliam-se ao Odisseu homérico para alcançar uma Ítaca: aquela que lhes garante um lugar (social) ao sol.

Quando interpelados pelo discurso científico, adultos analfabetos devolvem um discurso que se caracteriza, inicialmente, pela deriva – a deriva é o lugar em que o sentido sempre pode vir a ser outro – e marcam, nessa deriva inicial, um ponto de estofo, de amarração; pela emergência de narrativas, esses sujeitos mostram-nos que é dos buracos de significação que pode nascer a autoria. Autoria que está associada ao amarrar-se ao mastro, ao ir de encontro ao desejo.

5. A estruturação do sujeito no discurso

A reflexão sobre o texto *Odisseia* nos leva ao conceito de letramento (Tfouni, 1988, 2005), que, ao tratar do código escrito, deixa de dar ênfase ao poder unificador e reificador deste, para ressaltar o modo como o sujeito lida com a dispersão e a deriva, e questionar como o sujeito consegue estruturar seu discurso controlando ou não a dispersão e a deriva (idem). Segundo Tfouni (2001, p. 80), o sujeito, ao enunciar, faz um movimento de retorno ao enunciado e passa a olhá-lo de um outro lugar, o lugar de autor. Como sujeito-autor, o sujeito insere-se num processo de ‘autorreflexão’ e ‘autocrítica’ em relação àquilo que narra ou escreve, participando da constituição do significado (Tfouni, 2001).

A teoria do letramento baseia-se no entendimento de que “a linguagem faz precisamente obstáculo a ela mesma a todo instante” (Lacan, 1964-1965/2006, p. 62) e na necessidade da conscientização de que “o sujeito não fala para dizer seus pensamentos” (idem). O critério da teoria do letramento para identificar o sujeito-autor reside na



observação da posição-sujeito do discurso que esse mesmo sujeito ocupa, ocasião em que é capaz de “lidar com a dispersão e aceitar a deriva que sempre se instala” (Tfouni, 2010, p. 220). Essa posição-sujeito diverge da posição-sujeito alocada pelo discurso da lógica, permeada de modelos ideais de escrita e leitura, conforme mencionamos anteriormente.

Segundo Tfouni (2005), o raciocínio lógico ‘fecha’ as possibilidades de sentido. A autora lembra que o sentido não é um só e propõe o discurso narrativo como alternativa à utilização do raciocínio lógico-verbal. Quando narra, o sujeito insere sua subjetividade, pois a perspectiva para falar do objeto discursivo não é fechada. O processo discursivo narrativo permite ao sujeito escapar do raciocínio lógico e alocar-se em outros sítios de significação. É o que se pode observar na investigação de adultos não-alfabetizados feita por Tfouni (1992), com o propósito de pesquisar o efeito que silogismos (discursos que são produtos típicos e exclusivos da escrita) causariam nesses sujeitos. Tfouni apresentou o seguinte raciocínio: “Todas as frutas têm vitamina / A maçã é uma fruta / Ela tem vitamina, ou não?”.

Uma das respostas, de uma mulher analfabeta, foi:

Ah, tem vitamina, sim, porque...eu acho que ela tem vitamina porque a gente sempre, né, quando que fazê alguma coisa qualquer pr'uma criança, né, tem que tá correndo, e eu mesmo já dei muita fruta...de maçã pro meus filho...Então...daí eu acho que ela tem vitamina, porque alimenta os bebês, né? Assim, pr'as pessoas quando tá fraca dá maçã, né, primeira coisa que eu vejo, quando não é banana, tem que sê maçã. Então eu acho que ela tem muita vitamina (Tfouni, 2005, p. 72).

Pode-se observar que o sujeito deslizou do discurso formalizado do silogismo para o discurso informal da narrativa. Substituiu elementos linguísticos-discursivos e estruturais típicos do primeiro (“Todas”, “a maçã”; premissa maior, premissa menor, conclusão) por operadores narrativizantes, como a inclusão da primeira pessoa (“eu”), de conectivos de expressão de tempo (“daí”, “já”), além de modalidades epistêmicas, marcadoras da subjetividade, como “eu acho”. Nesse caso, podemos perceber que a narrativa surge como lugar discursivo alternativo ao raciocínio lógico verbal, como uma resistência ao discurso logicizante e letrado da escola, inacessível aos não-alfabetizados. No recorte acima, produzido oralmente, há momentos em que a significação parece que vai esburacar-se, momentos em que a cadeia acerca-se de pontos de deriva, em que o sujeito parece afundar e desaparecer [lembramos que, para Lacan (1957-1958/1999), “O sujeito é aquele que emerge entre significantes” (p. 54)]. São momentos em que é impossível fazer UM, nos quais falta uma palavra:

Ah, tem vitamina, sim, porque...eu acho que ela tem vitamina porque (...); (...) eu mesmo já dei muita fruta...de maçã pro meus filho...Então...daí eu acho que ela tem vitamina (...) (Tfouni, 2005, p. 72).

As reticências marcam hesitações, uma busca do sujeito alienado ao Outro, à espera do significante que lhe falta para ancorar-se. No entanto, longe de perder-se nessas fendas, o



sujeito, quase excluído da ordem simbólica pelo discurso da Lógica, logo se reorganiza e retoma o rumo antes perdido da enunciação, através de uma âncora que o enlaça à sua subjetividade: o discurso narrativo (tal qual um Ulisses moderno, que se prende ao mastro para não soçobrar).

Os silogismos têm a função de silenciar outros sentidos possíveis e de apagar o processo de constituição histórica do sujeito, recalçando as diferenças (desigualdades) sociais (Pereira & Tfouni, 2010). Esse processo dá, ao sujeito a ilusão de que o que ele está dizendo é um objeto a ser compartilhado “tal-e-qual” com o interlocutor. O processo discursivo do raciocínio lógico convoca uma identificação universal, e dá a impressão de que todos são iguais e de que utilizam o código da mesma maneira, compartilhando o mesmo arquivo (Pêcheux, 2002).

Esse arquivo a que Pêcheux (2002) se refere é traduzido por ele na seguinte perífrase: “as coisas a saber” (p. 34). A utilização de *preposição+verbo no infinitivo* em “coisas a saber” pode propiciar pelo menos dois sentidos possíveis: o primeiro equivale àquele em que a perífrase constrói discursivamente um advir, um fato incerto, mas desejável de ser realizado no futuro, uma promessa a ser cumprida em algum momento deslocado do presente. Talvez uma paráfrase adequada para essa expressão seja “as coisas que deveriam ser sabidas”. O outro sentido é o de que remete a uma ordem, a um imperativo relacionado a “saber coisas”, como uma necessidade: “as coisas sobre as quais é preciso saber/ que precisam ser sabidas”.

É nesse segundo sentido que Pêcheux se refere ao arquivo “imutável” de conhecimentos: o de que ele se constitui como espaço logicamente estabilizado, onde não há a possibilidade de acontecer um equívoco, nem deriva de sentido. Esse funcionamento discursivo, segundo o autor, garantiria a estabilidade da sociedade de classes. A Lógica aristotélica serve de aparato conceitual para as ciências que derivam desse sistema e se apoiam nele. O sujeito moderno, órgão de um centro teológico que lhe oferece as palavras prontas, necessita sentir-se amparado diante da ameaça do caos advindo da liberdade de “tudo dizer”. É preciso que seja estabilizado, normatizado, equilibrado, esse mundo instável. Sobre isso, diz Pêcheux (1988):

... o sujeito pragmático – isto é, cada um de nós, os ‘simples particulares’, face às diversas urgências de sua vida – tem por si mesmo uma imperiosa necessidade de homogeneidade lógica: isto se marca pela existência dessa multiplicidade de pequenos sistemas lógicos portáteis que vão da gestão cotidiana da existência (por exemplo, em nossa civilização, a carteira, as chaves, a agenda, os papéis, etc.) até as ‘grandes decisões’ da vida social e afetiva (eu decido fazer isso e não aquilo, responder a X e não a Y, etc) passando por todo o contexto sócio técnico dos ‘aparelhos domésticos’ (isto é, a série dos objetos que adquirimos e que aprendemos a fazer funcionar, que jogamos e que perdemos, que quebramos, que consertamos e que substituímos) (p. 33).



Os discursos monologizantes e parafrásticos, os quais, supostamente, permitem uma única interpretação (entre outros, o discurso pedagógico escolar tradicional, o discurso do Direito, o discurso religioso, o discurso das ciências positivistas, em geral, e o discurso lógico-dedutivo, em particular) compõem um arquivo que preenche essa necessidade de segurança aos “simples particulares”, visto que esse arquivo constitui um “sempre-já-lá”, delimitando quais são as coisas a saber.

Sempre há equívoco, no entanto. Segundo Pêcheux (2002), toda necessidade é equívoca (idem); outros discursos vêm obstruir e desequilibrar as relações entre classes, trazendo o confronto. A primeira leitura apresentada acima para “as coisas a saber”, do sentido de “as coisas que deveriam ser sabidas” (mas não são...), representada neste texto pelo discurso narrativo em particular, traz, ao trabalho científico de base não-galileana, a perspectiva de que há outro tipo de coisas a saber. Trata-se de um saber que “não se transmite, não se aprende, não se ensina”, mas “existe produzindo efeitos” (p. 49).

Para a psicanálise lacaniana (Lacan, 1964-1965/2006), na ciência não-galileana com a qual Pêcheux dialoga constantemente, existe um elo entre esse “saber que não se sabe” e sintoma. Diz o autor: “É no saber que se encontra o que podemos definir como a função do sintoma” (Lacan, 1956-1957/1995, pp. 258-259). Para ele, o sintoma é algo no qual existe sempre a indicação de que se trata de um saber, ou seja, o sintoma é algo que se assinala como um saber já-ali para um sujeito que sabe que isso lhe diz respeito, mas ele não sabe o que é. Completa Lacan esses comentários afirmando que: “a verdade tem uma estrutura, se podemos dizer, de ficção” (idem).

O discurso narrativo permite ao sujeito impedido de significar em determinado lugar, que se desloque para outra região discursiva e signifique de outro modo, colocando na cena enunciativa seu conhecimento factual e do mundo, suas experiências e subjetividade. Assim, para o menos letrado, aquele excluído da escrita, através da narrativa abre-se um espaço para que outro tipo de saber aflore: suas “... narrativas aparecem (...) como uma oposição (...) à organização lógica e formalizada do discurso do alfabetizado, que se materializa no silogismo, em particular, e no discurso científico em geral” (Tfouni, 2005, p. 72).

Como ilustração trazemos o relato de mulher não-alfabetizada, que, após a apresentação do silogismo mencionado anteriormente, passou a comentar sobre o preço da maçã, e se ela podia ou não comprar essa fruta:

Não, eu posso, sim... Graças a Deus, gente, graças a Deus, não posso tê queixa, sabe? Eu sou uma mulher que é assim: eu vivo sozinha com Deus. Meu marido me tocou o pé por causa de uma menina nova... Ele tinha um dinheirinho... Todo mundo ficou muito "ganjin" porque achou que ele era grande coisa, juntá co'essa minina. Eu fiquei quietinha no meu canto, trabalhando, sofrendo, tudo, né? A gente passa aquele desgosto porque a gente viveu cinquenta e quatro ano junto, né? Agora, a menina - Acabô o dinheiro - socô o pé no rabo dele... Gostei!



Ora, como foi visto na análise do recorte anterior, ao optar pela narrativa, esse sujeito, como Odisseu, amarra-se ao mastro: controla as derivas possíveis e, no lugar de autor, não cede ao que para ele seria o canto mortífero, o da ciência, que ele, dada a sua condição de pouca ou nenhuma escolaridade, talvez não pudesse enfrentar. Em vez disso, usando um subterfúgio, o da narrativa, posiciona-se diante do entrevistador de modo autônomo, questionando-lhe o desejo, na medida em que o entrevistado foge do direcionamento da pergunta para encontrar, diante dela, sua própria saída, uma via alternativa, que segue as trilhas de um outro saber: aquele saber não sistematizado, porém vivido, encarnado. Esse posicionamento indica que tal sujeito possui a autoria do seu dizer; ao contrário das sereias, assujeita-se à lei do significante, só que o faz a seu modo e à sua maneira, o que lhe dá o estatuto de narrador e autor de sua própria verdade.

Portanto, apoiando-nos nas ideias da Análise do Discurso de Pêcheux e na psicanálise de Freud, pela releitura de Lacan (1971-1972/2012), pode-se olhar a narrativa como uma forma de resistência ao imperativo “das coisas a saber”, cuja faceta seria um arquivo fechado, compartilhado por todos. De acordo com a concepção de arquivo que propomos aqui (algo aberto, sujeito a transformações, adições, correções, questionamentos, à semelhança de um arquivo da internet), o que está em jogo é desenvolver um saber acerca da verdade, e esta é introduzida pela palavra, que é também fundamentalmente enganadora, visto que não há verdade que não seja mentirosa, uma vez que verdade não equivale, tanto na Análise do Discurso, quanto na psicanálise, nem a realidade, nem a uma certeza objetiva.

Referências

- Aristóteles. (2007). *Arte poética* (P. Nasseti, Trad.). São Paulo: Martin Claret. (Original do séc. IV a.C.).
- Barthes, R. (2002). *O prazer do texto* (3a ed.). (J. Ginzburg, Trad.). São Paulo: Perspectiva. (Original publicado em 1973).
- Benjamin, W. (1986a). O narrador. Em W. Benjamin. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (pp. 197-221). (S. P. Rouanet, Trad.). São Paulo: Brasiliense. (Original publicado em 1936).
- Benjamin, W. (1986b). Experiência e pobreza. Em W. Benjamin. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (pp. 114-119). (S. P. Rouanet, Trad.). São Paulo: Brasiliense. (Original publicado em 1933).
- Elia, L. (2004). *O conceito de sujeito*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Gaufey, G. (1998). *El lazo especular: un estudio traversero de la unidad imaginaria* (G. Leguizamón, Trad.). Buenos Aires: Edelp SA.



- Homero. (2012). *A odisseia* (2a ed.). (T. Vieira, Trad.). São Paulo: 34. (Original do séc. VIII a.C.).
- Iser, W. (2002). O jogo do texto. Em L. Lima (Org.). *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção* (2a ed., pp. 105-118). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Lacan, J. (1995). *O seminário, livro 4: as relações de objeto* (D. D. Estrada, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1956-1957).
- Lacan, J. (1999). *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente* (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1957-1958).
- Lacan, J. (2006). *O seminário, livro 12: problemas cruciais para a psicanálise* (L. P. Fonseca, Trad.). Publicação para circulação interna do Centro de Estudos Freudianos do Recife. (Original publicado em 1964-1965). Recuperado em 20 de março, 2014, de <http://pt.scribd.com/doc/64112495/O-Seminario-livro-12-Problemas-cruciais-para-a-psicanalise>
- Lacan, J. (2012). *O seminário, livro 19: ...ou pior* (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1971-1972).
- Orlandi, E. (2008). *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez.
- Pêcheux, M. (1988). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (E. Orlandi, Trad.). Campinas, SP: Unicamp. (Original publicado em 1975).
- Pêcheux, M. (2002). *O discurso: estrutura ou acontecimento?* (3a ed.). (E. Orlandi, Trad.). Campinas, SP: Pontes. (Original publicado em 1983).
- Pereira, A. C. & Tfouni, L. V. (2010). Expressions proverbiales et l'archive: l'esclavage noir brésilien et l'interpellation idéologique par rapport à l'eugénisme. *Memorandum*, 18, 161-173. Recuperado em 20 de março, 2014, de www.fafich.ufmg.br/memorandum/a18/pertfouni01.pdf
- Quinet, A. (2002). *Um olhar a mais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Tfouni, L. V. (1988). *Adultos não-alfabetizados: o avesso do avesso*. Campinas, SP: Pontes.
- Tfouni, L. V. (1992). *Letramento e analfabetismo*. Tese de Livre-Docência, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.
- Tfouni, L. V. (2001). A dispersão e a deriva na constituição da autoria e suas implicações para uma teoria do letramento. Em I. Signorini (Org.). *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento* (pp. 77-96). Campinas, SP: Mercado de Letras.
- Tfouni, L. V. (2005). *Letramento e alfabetização* (7a ed.). São Paulo: Cortez.



Tfouni, L. V. (2008). Mensagem e poesia: a atualidade de Saussure e Jakobson, ou sobre a verdade do sujeito (e do sentido) em deriva. Em N. M. Gaspar & L. M. S. Romão (Org.s). *Discurso e texto: multiplicidade de sentidos na ciência da informação* (pp. 98-110). São Carlos, SP: Ufscar.

Tfouni, L. V. (2010). Letramento – mosaico multifacetado. Em L. V. Tfouni (Org.). *Letramento, escrita e leitura* (pp. 217-228). Campinas, SP: Mercado de Letras.

Toneto, D. J. M. (2010). O mar e as viagens: épico e romance antigo em Galáxias, de Haroldo de Campos. *Revista Alere*, 3, 139-153.

Vivés, J-M. (2010). O silêncio das sereias de Kafka: uma aproximação literária da voz como objeto pulsional, (R. Dutra, Trad.). *O Marrare: Revista de Pós-Graduação em Língua Portuguesa*, 11, 65-74. Recuperado em 10 de março, 2014, de www.omarrare.uerj.br/numero11/robson.html

White, H. (1991). *O valor da narratividade na representação da realidade* (J. L. Jobin, Trad.). Niterói, RJ: Instituto de Letras da UFF. (Original publicado em 1980).

Nota sobre as autoras

Leda Verdiani Tfouni é professora titular sênior da FFCLRP-USP, departamento de Psicologia, e bolsista de produtividade do CNPq. Endereço: Rua Maria Octavia P. Villa, 71, CEP 14021-047, Ribeirão Preto, SP. E-mail: lvtfouni@usp.br

Diana Junkes Bueno Martha, é professora de Literatura Brasileira da UNESP-Rio Preto, Vice-Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras dessa instituição e Pesquisadora dos Grupos AD-Interfaces e Grupo de Estudos de Poesia e Cultura (ambos cadastrados no CNPq). Endereço: Av. Luiz Eduardo de Toledo Prado, 777, Torre I, apto 134, 14027-250, Ribeirão Preto, SP. E-mail: dijunkes@gmail.com

Dionéia Motta Monte-Serrat, é Pesquisadora Colaboradora do IEL-UNICAMP, Professora Assistente Especialista da Universidade de Ribeirão Preto, Pesquisadora dos seguintes Grupos cadastrados no CNPq AD-Interfaces e Neurolinguística Discursiva: práticas com a linguagem e banco de dados. Endereço: Rua Rui Barbosa, 599, apto. 121, Ribeirão Preto, SP. E-mail: di_motta61@usp.br

Data de recebimento: 01/06/2014

Data de aceite: 20/03/2015